



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Interino Isaias Lopes da Cunha

Telefones: (65) 3613-7653 / 7668 / 2976

e-mail: gab.isaiaslopes@tce.mt.gov.br

**RELATÓRIO DE MONITORAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**

PROCESSO N.º:	215716/2017
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA
CNPJ:	15.072.663/0001-99
ASSUNTO:	MONITORAMENTO
Ordenador de Despesas:	LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA
RELATOR:	ISAIAS LOPES DA CUNHA
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	JUARA
NÚMERO OS:	1483/2018
EQUIPE TÉCNICA:	GISELLE CRISTINA DE ALMEIDA SANTOS AMERICO



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. ACHADOS DE AUDITORIA.....	2
2.1. PORTAL TRANSPARÊNCIA.....	2
2.2. REGULAMENTAÇÃO LAI.....	2
2.3. OUVIDORIA.....	3
2.4. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC).....	3
2.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	3
2.6. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	3
2.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	3
2.8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	4
2.9. RENÚNCIA DE RECEITA.....	4
2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	4
2.11. RESTOS A PAGAR.....	5
2.12. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.....	5
2.13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	5
2.14. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	6
2.15. CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADA.....	6
2.16. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS.....	6
2.17. GESTÃO DE PESSOAS.....	7
2.18. PATRIMÔNIO.....	8
2.19. FROTA.....	8
2.20. CONTROLE INTERNO.....	8
2.21. CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	8
3. CONCLUSÃO.....	9
3.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO.....	10
Anexo 1 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CHECK LIST - PODER EXECUTIVO.....	11
Quadro 1.1 - LAI - Check List - Resultado da Análise.....	11
Anexo 2 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - INFORMAÇÕES GERAIS.....	17
Quadro 2.1 - LAI - Informações Gerais.....	17
Quadro 2.2 - LAI - "Questões não se aplica".....	17
Quadro 2.3 - LAI - Questões Monitoradas.....	29



1. INTRODUÇÃO

Sr (a) Supervisor (a),

Em conformidade com o disposto nos Itens 4.1 a 4.3 da Orientação Normativa nº 1/2017 aprovada pela Resolução Normativa nº 8/2017-TP, apresenta-se Informação Técnica de fiscalização do cumprimento de determinações de Decisões do Tribunal de Contas/MT, que objetiva verificar a efetividade e a tempestividade das providências adotadas pela prefeitura Municipal de Barra do Bugres/MT em face à determinação exarada no Acórdão 441/2016.

A fiscalização teve por objetivo verificar o atendimento das determinações constantes do Acórdão 441/2016, bem como avaliar a conformidade do Portal Transparência do Poder Executivo municipal em relação ao cumprimento dos demais requisitos de transparência ativa definidos pela Lei 12.527/11 (LAI), Lei 101/00 (LRF) e Lei 13.019/14.

A análise foi realizada no Portal Transparência acessado por meio do endereço eletrônico www.juara.mt.gov.br, no período de 05/03/2018 à 08/03/2018, conforme metodologia aprovada por meio da Orientação Normativa nº 01/2017 do Comitê Técnico de Controle Externo.

2. ACHADOS DE AUDITORIA

2.1. PORTAL TRANSPARÊNCIA

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.2. REGULAMENTAÇÃO LAI

1) Há instrumento normativo que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder ou Órgão Autônomo.

2) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.



2.3. OUVIDORIA

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.4. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)

1) O Portal Transparência disponibiliza as formas de contato com o Serviço de Informação ao Cidadão: nome do responsável, e-mail, telefones, endereço e horário de atendimento ao público.

2.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1) O Portal Transparência disponibiliza informações sobre a estrutura organizacional e a forma de contato com os órgãos e entidades do Poder Executivo.

2) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.6. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.7. PRESTAÇÃO DE CONTAS

1) O Portal Transparência disponibiliza, por exercício financeiro, todos os anexos do Relatório de Gestão Fiscal, bem como o respectivo comprovante de publicação oficial.



2) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

1) O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre receita pública em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis.

2) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.9. RENÚNCIA DE RECEITA

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

1) O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa da despesa orçamentária, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: ano, mês, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recursos.

2) O Portal Transparência disponibiliza informação em nível sintético e analítico da despesa orçamentária por credor com a respectiva opção de pesquisa, contendo o valor empenhado, liquidado e pago

3) O Portal Transparência disponibiliza os empenhos realizados, com a indicação da licitação, da inexigibilidade ou da dispensa que deu origem à despesa.

4) O Portal Transparência disponibiliza os empenhos realizados com a descrição do bem fornecido ou do serviço prestado.

5) O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre despesa pública em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis.



6) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.11. RESTOS A PAGAR

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.12. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

1) O Portal Transparência não disponibiliza relação atualizada e detalhamento das licitações, dispensas, inexigibilidades, credenciamentos e adesões a atas de registro de preços, realizadas ou em andamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número do processo, número do edital, modalidade, objeto, lotes e itens, valor estimado, valor homologado, situação, comissão ou pregoeiro, participantes e vencedor. **NB10.**

Dispositivo Normativo:

Lei nº 12.527/11, art. 7º, VI, c/c art. 8º, caput, § 1º, IV, e § 2º; Resolução Normativa TCE-MT nº 23/2017, Anexo Único.

1.1) *Não apresentação da relação e íntegra das contratações diretas, dispensas e inexigibilidades.* - **NB10**

Após consulta no Portal da Transparência, verificou-se ausência das informações

2) O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre contratações públicas em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis.

3) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.



2.14. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1) O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e detalhamento dos contratos administrativos e respectivos termos aditivos, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número, data de início, data de encerramento, nome do contratado, órgão contratante, objeto e valor.

2) O Portal Transparência não disponibiliza os documentos referentes aos contratos administrativos, contendo, no mínimo: a íntegra do contrato e de seus anexos, a íntegra dos termos aditivos e apostilamentos efetuados, a justificativa da alteração do contrato, o comprovante de publicação, o ato de designação do fiscal e os relatórios do fiscal do contrato. NB10.

Dispositivo Normativo:

Lei nº 12.527/11, art. 7º, VI, c/c art. 8º, caput, § 1º, IV, e § 2º; Resolução Normativa TCE-MT nº 23/2017, Anexo Único.

2.1) *Não apresentação da íntegra dos contratos e aditivos.* - NB10

Após consulta no site Portal da Transparência, verificou-se ausência dessas informações.

3) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.15. CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADA

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.16. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

1) O Portal Transparência não possibilita a gravação das informações sobre convênios, parcerias e instrumentos congêneres em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis. NB10.

Dispositivo Normativo:



Lei nº 12.527/11, art. 8º, § 3º, II.

1.1) *Impossibilidade de gravação dos relatórios em diferentes formatos, tais como planilhas e textos, de modo a facilitar a análise das informações referentes referentes às ações ,programas e repasses. - NB10*

Após consulta ao site Portal da Transparência, verificou-se ausência dessas informações.

2) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.17. GESTÃO DE PESSOAS

1) O Portal Transparência disponibiliza a legislação atualizada e consolidada sobre os planos de cargos e salários dos servidores públicos, contendo o padrão remuneratório atualizado dos cargos e funções, com tabela de remuneração.

2) O Portal Transparência disponibiliza, por mês, a relação do pessoal inativo que compõe a respectiva folha de pagamento, com informações detalhadas sobre os proventos e os descontos lançados na folha.

3) O Portal Transparência disponibiliza, por mês, a relação das diárias concedidas, detalhando o beneficiário, motivo da concessão, quantidade, valores e datas do pagamento.

4) O Portal Transparência não disponibiliza relação atualizada dos servidores cedidos, com indicação do órgão para o qual foi cedido e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente. **NC10.**

Dispositivo Normativo:

Lei nº 12.527/11, art. 8º, caput e § 2º; Decreto Federal nº 7.724/12, art. 7º, § 3º, VI; Resolução Normativa TCE-MT nº 23/2017, Anexo Único.

4.1) *Não divulgação da relação dos servidores cedidos, com indicação do órgão para o qual foi cedido e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente. - NC10*

Informa-se após consulta ao site Portal da Transparência, ausência dessas informações.

5) O Portal Transparência não disponibiliza relação atualizada dos servidores recebidos em cessão, com indicação do órgão de origem e se a cessão foi com ou sem ônus e nem o ato administrativo correspondente. NC10.

Dispositivo Normativo:

Lei nº 12.527/11, art. 8º, caput e § 2º; Decreto Federal nº 7.724/12, art. 7º, § 3º, VI; Resolução Normativa TCE-MT nº



23/2017, Anexo Único.

5.1) *Não divulgação da relação dos servidores recebidos em cessão, com indicação do órgão de origem e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente.* - **NC10**

Informou-se após consulta ao site Porta da Transparência, ausência dessas informações.

6) O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre pessoal em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações.

7) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.18. PATRIMÔNIO

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.19. FROTA

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.20. CONTROLE INTERNO

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.21. CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de



verificação.

3. CONCLUSÃO

De acordo com os fatos e argumentos apresentados, verificou-se que o Prefeito Municipal de Juara/MT o, Sr. Edson Miguel Piovisan:

- descumpriu a determinação contida no Acórdão nº 441/2016–TP (Processo nº 14556-4/2015).

EDSON MIGUEL PIOVESAN - ASSESSOR FINANCEIRO / Período: 01/01/2014 a 31/12/2016

1) NB10 DIVERSOS_GRAVE_10. Descumprimento das disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 ;Resolução Normativa TCE nº 25/2012, atualizada pela Resolução Normativa TCE nº 14/2013)

1.1) **Monitoramento Decisão do Processo nº 145564/2015** - *Não apresentação da relação e íntegra das contratações diretas, dispensas e inexigibilidades.* - Tópico - 2.12. **CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

1.2) **Monitoramento Decisão do Processo nº 145564/2015** - *Não apresentação da íntegra dos contratos e aditivos.* - Tópico - 2.14. **CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

1.3) **Monitoramento Decisão do Processo nº 145564/2015** - *Impossibilidade de gravação dos relatórios em diferentes formatos, tais como planilhas e textos, de modo a facilitar a análise das informações referentes referentes à ações ,programas e repasses.* - Tópico - 2.16. **TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS**

2) NC10 DIVERSOS_MODERADA_10. Descumprimento das disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 ;Resolução Normativa TCE nº 25/2012, atualizada pela Resolução Normativa TCE nº 14/2013)

2.1) **Monitoramento Decisão do Processo nº 145564/2015** - *Não divulgação da relação dos servidores cedidos, com indicação do órgão para o qual foi cedido e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente.* - Tópico - 2.17. **GESTÃO DE PESSOAS**

2.2) **Monitoramento Decisão do Processo nº 145564/2015** - *Não divulgação da relação dos servidores recebidos em cessão, com indicação do órgão de origem e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente.* - Tópico - 2.17. **GESTÃO DE PESSOAS**



3.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Pelo exposto, sugere-se, com base nos artigos 137 e 140 Regimento Interno do TCE/MT e art. 5º, LV, da Constituição Federal, a citação do responsável para apresentar defesa em face dos fatos apontados no presente relatório de monitoramento, nos termos dos artigos 140 e 256 da Resolução Normativa 14/2007.

Em Cuiabá-MT, 17 de Abril de 2018.

GISELLE CRISTINA DE ALMEIDA SANTOS AMERICO
TECNICO DE CONTROLE PÚBLICO EXTERNO
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA



ANEXOS

MONITORAMENTO - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - PREFEITURA MUNICÍPIO DE JUARA - EXERCÍCIO 2017

Anexo 1 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CHECK LIST - PODER EXECUTIVO

Quadro 1.1 - LAI - Check List - Resultado da Análise

PONTO AVALIADO	RESULTADO A ANÁLISE	PONTUAÇÃO
1. PORTAL TRANSPARÊNCIA		
1.5. Portal Transparência - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		0,0
2. REGULAMENTAÇÃO DA LAI		
2.1. Há instrumento normativo que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder ou Órgão Autônomo?	Atende	1,0
2.3. Regulamentação - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		1,0
3. OUVIDORIA		
3.5. Ouvidoria - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		0,0
4. SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (e-SIC)		
		0,0
5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL		
5.1. O Portal Transparência disponibiliza informações sobre a estrutura organizacional e a forma de contato com os órgãos e entidades do Poder Executivo: site institucional (se houver), e-mail, telefones, endereço e horário de atendimento ao público?	Atende	1,0
5.3. Estr.Org - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		1,0



PONTO AVALIADO	RESULTADO A ANÁLISE	PONTUAÇÃO
6. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		
6.6. Plan.Orç - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		0,0
7. PRESTAÇÃO DE CONTAS		
7.2. O Portal Transparência disponibiliza, por exercício financeiro, todos os anexos do Relatório de Gestão Fiscal, bem como o respectivo comprovante de publicação oficial?	Atende	1,0
7.5. Prestação Contas - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		1,0
8. RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
8.6. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre receita pública em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Atende	1,0
8.7. Receita - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		1,0
9. RENÚNCIA DE RECEITA		
9.4. Renúncia Receita - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		0,0
10. DESPESA ORÇAMENTÁRIA		
10.2. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa da despesa orçamentária, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: ano, mês, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recursos?	Atende	1,0
10.3. O Portal Transparência disponibiliza informação em nível sintético e analítico da despesa orçamentária por credor - exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários -, com a respectiva opção de pesquisa, contendo o valor empenhado, liquidado e pago?	Atende	1,0



PONTO AVALIADO	RESULTADO A ANÁLISE	PONTUAÇÃO
10.8. O Portal Transparência disponibiliza os empenhos realizados, com a indicação da licitação, da inexigibilidade ou da dispensa que deu origem à despesa, quando for o caso?	Atende	1,0
10.9. O Portal Transparência disponibiliza os empenhos realizados com a descrição do bem fornecido ou do serviço prestado?	Atende	1,0
10.10. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre despesa pública em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Atende	1,0
10.11. Despesa - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		5,0
11. RESTOS A PAGAR		
11.6. Restos a Pagar - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		0,0
12. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS		
12.1. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e detalhamento das licitações, dispensas, inexigibilidades, credenciamentos e adesões a atas de registro de preços, realizadas ou em andamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número do processo, número do edital, modalidade, objeto, lotes e itens, valor estimado, valor homologado, situação, comissão ou pregoeiro, participantes e vencedor?	Não atende	0,0
12.5. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre contratações públicas em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Atende	1,0
12.6. Contratações Públicas - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		1,0
13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS		



PONTO AVALIADO	RESULTADO A ANÁLISE	PONTUAÇÃO
13.8. Ata Registro Preço - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		0,0
14. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		
14.1. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e detalhamento dos contratos administrativos e respectivos termos aditivos, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número, data de início, data de encerramento, nome do contratado, órgão contratante, objeto e valor?	Atende	1,0
14.2. O Portal Transparência disponibiliza os documentos referentes aos contratos administrativos, contendo, no mínimo: a íntegra do contrato e de seus anexos, a íntegra dos termos aditivos e apostilamentos efetuados, a justificativa da alteração do contrato, o comprovante de publicação, o ato de designação do fiscal e os relatórios do fiscal do contrato?	Não atende	0,0
14.5. Contratos Adm - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		1,0
15. CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADA		
15.8. Concessões e PPP - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		0,0
16. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		
16.7. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre convênios, parcerias e instrumentos congêneres em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Não atende	0,0
16.8. Transf. Voluntárias - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		0,0
17. GESTÃO DE PESSOAS		



PONTO AVALIADO	RESULTADO A ANÁLISE	PONTUAÇÃO
17.2. O Portal Transparência disponibiliza a legislação atualizada e consolidada sobre os planos de cargos e salários dos servidores públicos, contendo o padrão remuneratório atualizado dos cargos e funções, com tabela de remuneração?	Atende	1,0
17.7. O Portal Transparência disponibiliza, por mês, a relação do pessoal inativo que compõe a respectiva folha de pagamento, com informações detalhadas sobre os proventos e os descontos lançados na folha?	Atende	1,0
17.8. O Portal Transparência disponibiliza, por mês, a relação das diárias concedidas, detalhando o beneficiário, motivo da concessão, quantidade, valores e datas do pagamento?	Atende	1,0
17.10. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos servidores cedidos, com indicação do órgão para o qual foi cedido e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente?	Não atende	0,0
17.11. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos servidores recebidos em cessão, com indicação do órgão de origem e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente?	Não atende	0,0
17.13. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre pessoal em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Atende	1,0
17.14. Gestão Pessoas - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		4,0
18. PATRIMÔNIO		
18.6. Patrimônio - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		0,0
19. FROTA		
19.6. Frota - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		0,0
20. CONTROLE INTERNO		



PONTO AVALIADO	RESULTADO A ANÁLISE	PONTUAÇÃO
20.4. Controle Interno - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		0,0
21. CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS		
21.4. Conselhos - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Não atende	0,0
		0,0
	PONTUAÇÃO TOTAL	15,0



Anexo 2 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - INFORMAÇÕES GERAIS

Quadro 2.1 - LAI - Informações Gerais

PONTUAÇÃO	Nº DE QUESTÕES	Nº DE QUESTÕES (NÃO SE APLICA)	% DE ATENDIMENTO
16,0	131	90	39,0%

Quadro 2.2 - LAI - "Questões não se aplica"

CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
Questões Não se Aplica		
PORTAL TRANSPARÊNCIA	1.1. O Poder Executivo possui Portal Transparência por meio do qual disponibiliza as informações de todos os órgãos e entidades a ele vinculados?	não consta no Acórdão 441/2016
PORTAL TRANSPARÊNCIA	1.2. Os sites institucionais dos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo possuem link de acesso ao Portal Transparência?	Não consta no Acórdão 441/2016
PORTAL TRANSPARÊNCIA	1.3. O Portal Transparência contém ferramentas de pesquisa geral que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente e clara?	Não consta no Acórdão
PORTAL TRANSPARÊNCIA	1.4. O Portal Transparência disponibiliza as respostas às perguntas mais frequentes apresentadas pela sociedade?	Não consta no Acórdão
REGULAMENTAÇÃO LAI	2.2. A legislação nacional e local referente à Lei de Acesso à Informação está disponibilizada no Portal Transparência?	Não consta no Acórdão
OUIDORIA	3.1. Há serviço de comunicação eletrônica disponível ao cidadão para apresentar dúvidas, reclamações, denúncias e sugestões junto à Ouvidoria do Poder Executivo?	Não consta no Acórdão
OUIDORIA	3.2. O serviço eletrônico para apresentação de dúvidas, reclamações, denúncias e sugestões junto à Ouvidoria gera protocolo e permite o acompanhamento online das demandas?	Não consta no Acórdão
OUIDORIA	3.3. O serviço eletrônico de comunicação com a Ouvidoria, ou o respectivo link de acesso, está disponível no Portal Transparência?	Não consta no Acórdão



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
OUVIDORIA	3.4. Há informação disponível no Portal Transparência sobre as formas de contato com a Ouvidoria: nome do ouvidor, site institucional, e-mail, telefones, endereço e horário de atendimento ao público?	Não consta no Acórdão
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.1. Há serviço eletrônico de informação ao cidadão (e-SIC) por meio do qual se possa protocolar requerimento de acesso à informação com base na Lei nº 12.527/2011?	Não consta no Acórdão
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.2. O serviço eletrônico de informação ao cidadão (e-SIC) gera o protocolo do requerimento e permite o acompanhamento online das demandas?	Não consta no Acórdão
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.3. O serviço eletrônico de informação ao cidadão (e-SIC), ou o respectivo link de acesso, está disponível no Portal Transparência?	Não consta no Acórdão
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.5. A solicitação de informação por meio do e-SIC é realizada de forma fácil e simples, limitando-se à exigência de identificação do requerente e especificação da informação requerida?	Não consta no Acórdão
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.6. O Portal Transparência disponibiliza informações estatísticas sobre os pedidos de acesso à informação, contendo a quantidade de pedidos recebidos, atendidos e indeferidos, em formato editável?	Não consta no Acórdão
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.7. e-SIC - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5.2. O Portal Transparência disponibiliza a legislação atualizada sobre a estrutura, competências e atribuições dos órgãos e entidades do Poder Executivo?	Não consta no Acórdão
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	6.1. O Portal Transparência disponibiliza a Lei do Plano Plurianual com seus anexos e respectivas alterações?	Não consta no Acórdão
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	6.2. O Portal Transparência disponibiliza, por exercício financeiro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias com seus anexos e respectivas alterações?	Não consta no Acórdão
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	6.3. O Portal Transparência disponibiliza, por exercício financeiro, a Lei Orçamentária Anual com seus anexos e respectivas alterações?	Não consta no Acórdão



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	6.4. O Portal Transparência disponibiliza, por exercício financeiro, o Decreto de programação orçamentária e financeira, com seus anexos e respectivas alterações?	Não consta no Acórdão
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	6.5. O Portal Transparência disponibiliza os relatórios anuais de avaliação do PPA, contendo os resultados dos programas, objetivos e metas, bem como da execução física e financeira das ações?	Não consta no Acórdão
PRESTAÇÃO DE CONTAS	7.1. O Portal Transparência disponibiliza, por exercício financeiro, todos os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, bem como o respectivo comprovante da publicação oficial?	Não consta no Acórdão
PRESTAÇÃO DE CONTAS	7.3. O Portal Transparência disponibiliza os balancetes mensais de verificação, em nível analítico, contendo o saldo do mês anterior, a movimentação do mês e o saldo final?	Não consta no Acórdão
PRESTAÇÃO DE CONTAS	7.4. O Portal Transparência disponibiliza, por exercício financeiro, o balanço geral anual consolidado e o respectivo parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas e a decisão do Poder Legislativo?	Não consta no Acórdão
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.1. O Portal Transparência disponibiliza informação em nível sintético e analítico da arrecadação da receita, por natureza da receita e fonte de recursos, contendo a previsão inicial, a previsão atualizada, o valor arrecadado e o percentual da arrecadação?	Não consta no Acórdão
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.2. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa da receita arrecadada, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: por ano, por mês e por órgão?	Não consta no Acórdão
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.3. O Portal Transparência disponibiliza informação sobre a arrecadação da receita em tempo real, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil?	Não consta no Acórdão
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.4. O Portal Transparência disponibiliza informação sobre lançamento, baixa, inscrição em dívida ativa e baixa de dívida ativa dos créditos tributários, por espécie de tributo de competência municipal?	Não consta no Acórdão



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.5. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa sobre lançamento, baixa, inscrição em dívida ativa e baixa de dívida ativa dos créditos tributários, por espécie de tributo, período e órgão?	Não consta no Acórdão
RENÚNCIA DE RECEITA	9.1. O Portal Transparência disponibiliza a legislação tributária vigente que dispõe sobre renúncia de receitas por meio de benefícios ou incentivos fiscais?	Não consta no Acórdão
RENÚNCIA DE RECEITA	9.2. O Portal Transparência disponibiliza relação dos incentivos ou benefícios fiscais concedidos, contendo, no mínimo, o número do processo, a data da concessão, o ato de concessão, o nome do beneficiário, o valor do benefício e o fundamento legal?	Não consta no Acórdão
RENÚNCIA DE RECEITA	9.3. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre renúncia de receita em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Não consta no Acórdão
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	10.1. O Portal Transparência disponibiliza informação em nível sintético e analítico da despesa orçamentária por unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recursos, contendo o orçamento inicial, o orçamento atualizado, o valor empenhado, o valor liquidado e o valor pago?	Não consta no Acórdão
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	10.4. O Portal Transparência disponibiliza os empenhos realizados contendo o número, a data, o tipo, o credor - exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários -, a descrição, a unidade orçamentária, a classificação completa da despesa, o valor empenhado, o valor liquidado e o valor pago?	Não consta no Acórdão
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	10.5. O Portal Transparência disponibiliza as liquidações realizadas vinculadas ao respectivo empenho, contendo o número, a data, a descrição e o valor da liquidação, bem como o valor pago?	Não consta no Acórdão
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	10.6. O Portal Transparência disponibiliza os pagamentos realizados vinculados à respectiva liquidação, contendo o número, a data, a descrição e o valor do pagamento?	Não consta no Acórdão



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	10.7. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de empenhos, liquidações e pagamentos, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: por ano, mês, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recursos?	Não consta no Acórdão
RESTOS A PAGAR	11.1. O Portal Transparência disponibiliza informação sobre inscrição de restos a pagar, contendo, no mínimo, as seguintes informações: data da inscrição, natureza dos restos, número do empenho de origem, credor, valor inscrito, valor liquidado, valor pago e saldo a pagar?	Não consta Acórdão
RESTOS A PAGAR	11.2. O Portal Transparência disponibiliza informação sobre liquidação de restos a pagar não processados, contendo, no mínimo, as seguintes informações: os restos a pagar a que se refere, a data da liquidação, o valor da liquidação e o valor pago?	Não consta no Acórdão
RESTOS A PAGAR	11.3. O Portal Transparência disponibiliza informação sobre pagamento de restos a pagar, contendo, no mínimo, as seguintes informações: os restos a pagar a que se refere, a data do pagamento e o valor pago?	Não consta no Acórdão
RESTOS A PAGAR	11.4. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de restos a pagar, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: por natureza, ano, unidade orçamentária, credor, número do empenho de origem e classificação da despesa?	Não consta no Acórdão
RESTOS A PAGAR	11.5. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre restos a pagar em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Não consta no Acórdão
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	12.2. O Portal Transparência disponibiliza documentação referente à fase interna de licitações, dispensas, inexigibilidades, credenciamentos e adesões a atas de registro de preços, realizadas ou em andamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: termo de referência ou projeto básico, pareceres técnicos e jurídicos, justificativa da contratação, formação do preço de referência, autorização do gestor, íntegra do instrumento convocatório e de seus anexos e comprovante de publicação?	Não consta no Acórdão



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	12.3. O Portal Transparência disponibiliza documentação referente à fase externa de licitações, dispensas, inexigibilidades, credenciamentos e adesões a atas de registro de preços, realizadas ou em andamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: impugnações e recursos, decisões sobre impugnações e recursos, propostas dos licitantes, ata da sessão de habilitação, ata da sessão de julgamento e atos de adjudicação, homologação, revogação ou anulação do certame?	Não consta no Acórdão
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	12.4. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre contratações públicas, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: ano, órgão, modalidade, número, situação e objeto?	Não consta no Acórdão
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13.1. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e o detalhamento das atas de registro de preços celebradas, contendo, no mínimo, as seguintes informações: licitação de origem, número da ata, data de início, data de encerramento, situação, nome da empresa, objeto, itens, órgão gerenciador e órgãos participantes?	Não consta no Acórdão
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13.2. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos órgãos e entidades autorizados a promover adesão à ata de registro de preços, com respectivos quantitativos e valores autorizados?	Não consta no Acórdão
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13.3. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos órgãos e entidades não autorizados a promover adesão à ata de registro de preços?	Não consta no Acórdão
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13.4. O Portal Transparência disponibiliza informação atualizada e detalhada sobre os itens que compõem a ata de registro de preços, contendo, no mínimo: a especificação do item, os quantitativos previstos, a unidade de fornecimento, o valor unitário, o valor total, o quantitativo consumido e o respectivo saldo?	Não consta no Acórdão



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13.5. O Portal Transparência disponibiliza os documentos referentes às atas de registro de preços, contendo, no mínimo: a ata de registro de preços, as solicitações de consumo, as solicitações de adesão e as respostas às solicitações de adesão?	Não consta no Acórdão
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13.6. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre atas de registro de preços, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: ano, vigência, órgão, número, empresa e objeto?	Não consta no Acórdão
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13.7. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre atas de registro de preços em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Não consta no Acórdão
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	14.3. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre contratos administrativos, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: nome do contratado, órgão contratante, objeto contratual, tipo de contrato e período de vigência?	Não consta no Acórdão
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	14.4. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre contratos administrativos em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Não consta no Acórdão
CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADA	15.1. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e o detalhamento das Concessões e Parcerias Público Privadas, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número do processo, número do edital, objeto, valor estimado, valor homologado, situação, participantes e vencedor?	Não consta no Acórdão



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADA	15.2. O Portal Transparência disponibiliza documentos da etapa de planejamento, contendo, no mínimo: Relatório com indicação dos objetivos, resultados, ganhos globais/vantagens da contratação das PPP ou Concessão Comum; ato de designação da equipe, para acompanhamento, avaliação e execução das ações para contratação das PPP/Concessões, atas das audiências públicas e/ou documentos ref. às consultas públicas e manifestações de representantes de segmentos da sociedade sobre o projeto de PPP?	Não consta no Acórdão
CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADA	15.3. O Portal Transparência disponibiliza documentos da etapa de licitação realizada/em andamento, contendo, no mínimo: autorização legislativa específica e da autoridade competente para abertura da licitação, comprovantes de submissão das minutas de edital e de contrato para consulta pública e de publicação do edital e retificações, edital de licitação e anexos, pareceres técnicos/jurídicos, atas de abertura/encerramento das propostas, atos de adjudicação e homologação, cópia da proposta vencedora?	Não consta no Acórdão
CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADA	15.4. O Portal Transparência disponibiliza documentação referente à Etapa de Formalização Contratual das PPP e Concessões, contendo, no mínimo, as seguintes informações: Instrumento de concessão assinado, cópia das propostas técnica e econômico-financeira apresentadas pelo licitante vencedor e cronograma físico financeiro da contratada?	Não consta no Acórdão
CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADA	15.5. O Portal Transparência disponibiliza documentação referente à Etapa de Execução Contratual das PPP e Concessões, contendo, no mínimo, as seguintes informações: ordens de serviços, termos de vistorias e de entrega do objeto, alterações contratuais, relatório consolidado de desempenho do contrato?	Não consta no Acórdão
CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADA	15.6. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre Concessões e PPP, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: ano, órgão, número, situação e objeto?	Não consta no Acórdão



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADA	15.7. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre Concessões e PPP em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Não consta no Acórdão
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	16.1. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e detalhamento dos repasses concedidos por meio de convênios, parcerias ou instrumentos congêneres, contendo, no mínimo, as seguintes informações: tipo do instrumento, número do instrumento, entidade beneficiada, data de início, data de encerramento, situação, objeto, valor conveniado e valor transferido?	Não consta no Acórdão
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	16.2. O Portal Transparência disponibiliza os documentos dos processos de seleção de instituições públicas ou privadas para celebração de convênios, parcerias ou instrumentos congêneres, contendo, no mínimo: termo de referência ou projeto, pareceres técnicos ou jurídicos, edital de chamamento público e os anexos, publicação da justificativa da dispensa do chamamento, proposta das instituições participantes, ato de designação da comissão de seleção e atas das sessões de julgamento e habilitação?	Não consta no Acórdão
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	16.3. O Portal Transparência disponibiliza os documentos da celebração e execução dos convênios, parcerias e instrumentos congêneres, contendo, no mínimo: íntegra do Instrumento, Termos Aditivos, Apostilamentos e anexos, justificativa das alterações, comprovante de publicação, plano de trabalho, ato de designação da comissão de monitoramento/avaliação e os relatórios emitidos, relatórios de fiscalização in loco, prestações de contas e os pareceres técnicos e conclusivos das prestações de contas?	Não consta no Acórdão
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	16.4. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e detalhamento dos repasses recebidos por meio de convênios, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número do convênio, concedente, data de início, data de encerramento, situação, objeto, valor do convênio, valor da contrapartida e valor recebido.	Não consta no Acórdão



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	16.5. O Portal Transparência disponibiliza os documentos referentes à celebração e execução dos convênios recebidos, contendo, no mínimo: a íntegra do convênio e de seus anexos, a íntegra dos termos aditivos e apostilamentos efetuados, a justificativa das alterações promovidas, o comprovante de publicação, o plano de trabalho e as prestações de contas?	Não consta no Acórdão
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	16.6. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre convênios, parcerias e instrumentos congêneres, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: tipo (concedidos ou recebidos), órgão, objeto e ano?	Não consta no Acórdão
GESTÃO DE PESSOAS	17.1. O Portal Transparência disponibiliza a legislação atualizada e consolidada sobre o regime jurídico dos servidores públicos, bem como os regulamentos e instrumentos normativos concernentes à gestão de pessoas?	Não consta no Acórdão
GESTÃO DE PESSOAS	17.3. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos servidores efetivos, comissionados, contratados e membros (nos casos em que couber), contendo as seguintes informações: nome do servidor, matrícula funcional, natureza do vínculo, cargo/função/emprego, ato de nomeação, data da posse, unidade de lotação/exercício?	Não consta no Acórdão
GESTÃO DE PESSOAS	17.4. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos aposentados e pensionistas, contendo as seguintes informações: nome do beneficiário, tipo de benefício, ato de concessão, data da concessão, valor dos proventos, número do processo de registro no Tribunal e número da decisão do Tribunal que concedeu o registro?	Não consta no Acórdão
GESTÃO DE PESSOAS	17.5. O Portal Transparência disponibiliza o contracheque do pessoal ativo e inativo, contendo a remuneração detalhada do servidor com todas as rubricas, com opção de consulta por ano, por mês, por tipo de vínculo, por parte do nome do servidor e por unidade de lotação/exercício?	Não consta no Acórdão



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
GESTÃO DE PESSOAS	17.6. O Portal Transparência disponibiliza, por mês, a relação do pessoal ativo (efetivos, comissionados e membros) que compõe a respectiva folha de pagamento, com informações detalhadas sobre remuneração e descontos, incluindo todas as vantagens de natureza remuneratória e indenizatória?	Não consta no Acórdão
GESTÃO DE PESSOAS	17.9. O Portal Transparência disponibiliza os concursos públicos, processos de seleção pública e processos seletivos simplificados, finalizados e em andamento, na íntegra, desde o edital, impugnações, decisões, alterações, provas, resultados das etapas da seleção, atos de nomeação e contratos temporários.	Não consta no Acórdão
GESTÃO DE PESSOAS	17.12. O Portal Transparência disponibiliza, por mês, relação atualizada dos servidores ativos em férias, licenças e demais afastamentos legais, com especificação do período e do motivo do afastamento?	Não consta no Acórdão
PATRIMÔNIO	18.1. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos bens móveis e imóveis (ativo imobilizado), próprios ou alugados, contendo, no mínimo: a especificação do bem, o número patrimonial, o número da matrícula, o valor de aquisição, o valor atual, a data de aquisição e a unidade responsável pelo uso e guarda?	Não consta no Acórdão
PATRIMÔNIO	18.2. O Portal Transparência disponibiliza relação dos bens móveis ou imóveis transferidos a terceiros por meio de alienação, permuta, doação ou cessão de uso, contendo, no mínimo: a especificação do bem, o número patrimonial, o número da matrícula, o valor de aquisição, o valor atual, a data de aquisição, a entidade beneficiada, o ato de transferência e a autorização legislativa?	Não consta no Acórdão
PATRIMÔNIO	18.3. O Portal Transparência disponibiliza relação das obras realizadas no município, contendo, no mínimo: a especificação da obra, o número do contrato, o endereço ou a especificação detalhada do local em que foi realizada, o custo de execução, o período de execução e a data de recebimento?	Não consta no Acórdão



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
PATRIMÔNIO	18.4. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre bens móveis e imóveis, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: por bens próprios ou alugados, por setor e por período de aquisição?	Não consta no Acórdão
PATRIMÔNIO	18.5. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre bens móveis e imóveis em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Não consta no Acórdão
FROTA	19.1. O Portal Transparência disponibiliza relação da frota de veículos e maquinários, próprios ou alugados, contendo, no mínimo: a especificação, a marca e modelo, o ano de fabricação, a placa e o setor responsável pelo uso e guarda?	Não consta no Acórdão
FROTA	19.2. O Portal Transparência disponibiliza informações detalhadas sobre o abastecimento da frota, própria ou alugada, por meio de empresa contatada ou reservatório próprio, contendo, no mínimo: a especificação do veículo, o número do documento de abastecimento, a data do abastecimento, o motorista responsável, a quilometragem do veículo e a empresa ou o reservatório que promoveu o abastecimento?	Não consta no Acórdão
FROTA	19.3. O Portal Transparência disponibiliza informações sobre o custo mensal de abastecimento e manutenção da frota, própria ou alugada, por meio de empresa contatada ou serviço próprio de abastecimento e manutenção, contendo, no mínimo: a especificação do veículo, o custo mensal com manutenção, o custo mensal com abastecimento, a quilometragem percorrida, a autonomia e o custo total por bem?	Não consta no Acórdão
FROTA	19.4. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre a frota de veículos e maquinários, o abastecimento da frota e o custo mensal da frota, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: por bens próprios ou alugados, por veículo ou maquinário, por setor e por período?	Não consta no Acórdão



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
FROTA	19.5. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre frotas em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Não consta no Acórdão
CONTROLE INTERNO	20.1. O Portal Transparência disponibiliza a legislação de implantação do Sistema de Controle Interno?	Não consta no Acórdão
CONTROLE INTERNO	20.2. O Portal Transparência disponibiliza as Normativas dos Sistemas de Controle Interno?	Não consta no Acórdão
CONTROLE INTERNO	20.3. O Portal Transparência disponibiliza os Relatórios, Pareceres e Recomendações expedidas pelo Controle Interno?	Não consta no acórdão
CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	21.1. O Portal Transparência disponibiliza a relação dos Conselhos de Políticas Públicas, contendo no mínimo as seguintes informações: órgãos aos quais estão vinculados, composição e contatos dos conselheiros?	Não consta no Acórdão
CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	21.2. O Portal Transparência disponibiliza a legislação e o regimento interno dos Conselhos de Políticas Públicas?	Não consta no Acórdão
CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	21.3. O Portal Transparência disponibiliza as atas de reuniões e pareceres emitidos pelos conselhos?	Não consta no Acórdão

Quadro 2.3 - LAI - Questões Monitoradas

CRITÉRIO	QUESTÃO MONITORADA	TIPO DE MONITORAMENTO	Nº PROCESSO
QUESTÕES MONITORADAS			
PORTAL TRANSPARÊNCIA	1.5. Portal Transparência - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
REGULAMENTAÇÃO LAI	2.1. Há instrumento normativo que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder ou Órgão Autônomo?	DECISÃO	145564/2015
REGULAMENTAÇÃO LAI	2.3. Regulamentação - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015



CRITÉRIO	QUESTÃO MONITORADA	TIPO DE MONITORAMENTO	Nº PROCESSO
OUVIDORIA	3.5. Ouvidoria - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.4. O Portal Transparência disponibiliza as formas de contato com o Serviço de Informação ao Cidadão: nome do responsável, e-mail, telefones, endereço e horário de atendimento ao público?	DECISÃO	145564/2015
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5.1. O Portal Transparência disponibiliza informações sobre a estrutura organizacional e a forma de contato com os órgãos e entidades do Poder Executivo: site institucional (se houver), e-mail, telefones, endereço e horário de atendimento ao público?	DECISÃO	145564/2015
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5.3. Estr.Org - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	6.6. Plan.Orç - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
PRESTAÇÃO DE CONTAS	7.2. O Portal Transparência disponibiliza, por exercício financeiro, todos os anexos do Relatório de Gestão Fiscal, bem como o respectivo comprovante de publicação oficial?	DECISÃO	145564/2015
PRESTAÇÃO DE CONTAS	7.5. Prestação Contas - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.6. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre receita pública em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	DECISÃO	145564/2015
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.7. Receita - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015



CRITÉRIO	QUESTÃO MONITORADA	TIPO DE MONITORAMENTO	Nº PROCESSO
RENÚNCIA DE RECEITA	9.4. Renúncia Receita - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	10.2. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa da despesa orçamentária, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: ano, mês, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recursos?	DECISÃO	145564/2015
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	10.3. O Portal Transparência disponibiliza informação em nível sintético e analítico da despesa orçamentária por credor - exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários -, com a respectiva opção de pesquisa, contendo o valor empenhado, liquidado e pago?	DECISÃO	145564/2015
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	10.8. O Portal Transparência disponibiliza os empenhos realizados, com a indicação da licitação, da inexigibilidade ou da dispensa que deu origem à despesa, quando for o caso?	DECISÃO	145564/2015
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	10.9. O Portal Transparência disponibiliza os empenhos realizados com a descrição do bem fornecido ou do serviço prestado?	DECISÃO	145564/2015
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	10.10. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre despesa pública em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	DECISÃO	145564/2015
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	10.11. Despesa - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015



CRITÉRIO	QUESTÃO MONITORADA	TIPO DE MONITORAMENTO	Nº PROCESSO
RESTOS A PAGAR	11.6. Restos a Pagar - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	12.1. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e detalhamento das licitações, dispensas, inexigibilidades, credenciamentos e adesões a atas de registro de preços, realizadas ou em andamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número do processo, número do edital, modalidade, objeto, lotes e itens, valor estimado, valor homologado, situação, comissão ou pregoeiro, participantes e vencedor?	DECISÃO	145564/2015
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	12.5. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre contratações públicas em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	DECISÃO	145564/2015
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	12.6. Contratações Públicas - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13.8. Ata Registro Preço - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	14.1. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e detalhamento dos contratos administrativos e respectivos termos aditivos, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número, data de início, data de encerramento, nome do contratado, órgão contratante, objeto e valor?	DECISÃO	145564/2015



CRITÉRIO	QUESTÃO MONITORADA	TIPO DE MONITORAMENTO	Nº PROCESSO
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	14.2. O Portal Transparência disponibiliza os documentos referentes aos contratos administrativos, contendo, no mínimo: a íntegra do contrato e de seus anexos, a íntegra dos termos aditivos e apostilamentos efetuados, a justificativa da alteração do contrato, o comprovante de publicação, o ato de designação do fiscal e os relatórios do fiscal do contrato?	DECISÃO	145564/2015
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	14.5. Contratos Adm - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	16.7. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre convênios, parcerias e instrumentos congêneres em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	DECISÃO	145564/2015
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	16.8. Transf.Voluntárias - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
GESTÃO DE PESSOAS	17.2. O Portal Transparência disponibiliza a legislação atualizada e consolidada sobre os planos de cargos e salários dos servidores públicos, contendo o padrão remuneratório atualizado dos cargos e funções, com tabela de remuneração?	DECISÃO	145564/2015
GESTÃO DE PESSOAS	17.7. O Portal Transparência disponibiliza, por mês, a relação do pessoal inativo que compõe a respectiva folha de pagamento, com informações detalhadas sobre os proventos e os descontos lançados na folha?	DECISÃO	145564/2015



CRITÉRIO	QUESTÃO MONITORADA	TIPO DE MONITORAMENTO	Nº PROCESSO
GESTÃO DE PESSOAS	17.8. O Portal Transparência disponibiliza, por mês, a relação das diárias concedidas, detalhando o beneficiário, motivo da concessão, quantidade, valores e datas do pagamento?	DECISÃO	145564/2015
GESTÃO DE PESSOAS	17.10. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos servidores cedidos, com indicação do órgão para o qual foi cedido e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente?	DECISÃO	145564/2015
GESTÃO DE PESSOAS	17.11. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos servidores recebidos em cessão, com indicação do órgão de origem e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente?	DECISÃO	145564/2015
GESTÃO DE PESSOAS	17.13. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre pessoal em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	DECISÃO	145564/2015
GESTÃO DE PESSOAS	17.14. Gestão Pessoas - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
PATRIMÔNIO	18.6. Patrimônio - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
FROTA	19.6. Frota - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
CONTROLE INTERNO	20.4. Controle Interno - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015
CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	21.4. Conselhos - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145564/2015